

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

23 FEV 2021

Protocolo: 101/2021

Processo: 101/2021

Veto Total nº 100/2021 **Em:** 18/01/2021

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

GOVERNADORIA - CASA CIVIL

MENSAGEM Nº 22, DE 13 DE JANEIRO DE 2021.

AO EXPEDIENTE

Presidente

Recebido, Arquivo e
Inclua em pauta.

23 FEV 2021

LIDO NA SESSÃO DO DIA

23 FEV 2021

1º Secretário

SECRETARIA LEGISLATIVA

RECEBIDO

11h06min

13 JAN 2021

Raniera

Servidor(a) nome Civil

01

Folha

Estado de Rondônia

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Com amparo no artigo 42, § 1º, da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências que votei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa Inclita Assembleia Legislativa, que “Dispõe sobre a concessão de crédito especial desburocratizado, financiado pelo Banco do Povo, por meio da Superintendência Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura - SEDI, com juros taxa 0% para pequenos produtores rurais, micro e pequeno empreendedor, MEI e autônomos, em razão do Decreto 24.919, de 05 de abril de 2020.”.

Senhores Deputados, o Autógrafo de Lei nº 529, de 16 de dezembro de 2020, visa conceder crédito especial, com regras de concessão e amortização flexíveis para agricultura familiar, agroindústrias, cooperativas rurais, micro e pequeno empreendedor, MEI e autônomos.

Inicialmente, nota-se no parágrafo único do artigo 1º do mencionado Autógrafo de Lei, a criação de atribuição à Superintendência Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura - SEDI, em que configura a partir deste contexto o descumprimento no que versa acerca do princípio da separação dos poderes, ordenado no artigo 39 da Constituição Estadual, uma vez que imputa ao Governador do Estado a iniciativa privativa dos projetos de lei que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração, vejamos:

"Art. 39. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

I - fixem, organizem ou alterem os efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, observadas as diretrizes estabelecidas na Legislação Federal.

II - disponham sobre:

- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
- b) servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;
- c) (Revogado pela EC nº 43, de 14/06/2006 – D.O.E. nº 562, de 25/07/2006)
- d) criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos do Poder Executivo.

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembleia Legislativa de projeto de lei subscrito por, no mínimo, três por cento do eleitorado do Estado, distribuído, no mínimo, em vinte e cinco por cento dos Municípios."

Ademais, o referido Autógrafo, ao autorizar o Poder Executivo firmar convênio com o Banco do Povo, revela nítido caráter de Lei autorizativa e, portanto, usurpa a competência legislativa exclusiva do Chefe

do Poder Executivo. Com efeito, caso o Autógrafo de Lei seja sancionado, tal fato ensejará, em momento oportuno, a declaração de inconstitucionalidade formal, convergindo com decisões reiteradas da Suprema Corte:

"Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Lei Estadual nº 791/98, que autoriza concessão de 'Abono Especial Mensal' a todos os servidores da Administração Direta do Estado. 3. Lei de iniciativa parlamentar. Usurpação de competência legislativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo. 4. Violação do art. 61, § 1º, II, 'a', da Constituição Federal. 5. Precedentes. 6. Procedência da ação." (ADI 1.955/RO, Rel. Min. GILMAR MENDES)

"INCONSTITUCIONALIDADE. Ação direta. Lei nº 740/2003, do Estado do Amapá. Competência legislativa. Servidor Público. Regime jurídico. Vencimentos. Acréscimo de vantagem pecuniária. Adicional de Desempenho a certa classe de servidores. Inadmissibilidade. Matéria de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, Chefe do Poder Executivo. Usurpação caracterizada. Inconstitucionalidade formal reconhecida. Ofensa ao art. 61, § 1º, II, alínea 'a', da CF, aplicáveis aos estados. Ação julgada procedente. Precedentes. **É inconstitucional a lei que, de iniciativa parlamentar, conceda ou autorize conceder vantagem pecuniária a certa classe de servidores públicos.**" (ADI 3.176/AP, Rel. Min. CEZAR PELUSO)

Informo ainda que, dentre as atividades exercidas pela Superintendência Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura - SEDI, em tempos de pandemia, destaca-se a Resolução nº 19/2020/SEDI/CONDER, de 23 de julho de 2020, subscrita pelo Chefe do Poder Executivo, que disponibiliza acesso ao microcrédito à taxa nominal de juros de 0% (zero por cento), condicionado ao pagamento adimplente, durante 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de publicação, podendo ser prorrogado. Assim, percebe-se que já há programa em execução com o objetivo de conceder benefícios de crédito à população.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente à pronta manutenção deste veto total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

JOSÉ ATÍLIO SALAZAR MARTINS
Governador em exercício



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ ATÍLIO SALAZAR MARTINS, Vice-Governador**, em 13/01/2021, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0015511000** e o código CRC **20212348**.